

LEI N° 335 DE 5 DE JULHO DE 2013

*Autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de seu patrimônio, na forma que dispõe a Lei Municipal n° 187, de 1° de dezembro de 2009.*

*O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA, Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

*Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar para Rita Alves Garcia, CPF n° 281.379.812-68, o bem imóvel de seu patrimônio, que adiante se descreve, mediante Título de Domínio, na forma que dispõe os arts. 1°, 2°, 5°, 6° e 7° da Lei Municipal n° 187, de 1° de dezembro de 2009.*

*Art. 2°. O imóvel objeto da presente Lei, assim se descreve:*

*Área de terreno a alienar: Duzentos e Sessenta e Sete Metros Quadrados (267,00m<sup>2</sup>).*

*Localização: Área urbana do Município de Floresta do Araguaia: Lote 07A, Quadra 73, Setor 1°, Bairro Centro, com frente para a Avenida 7 de Setembro, n° 1632.*

*Confrontações:*

*Ao Norte: medindo 17,80 metros, com a Rua Quatro.*

*Ao Leste: medindo 15,00 metros, com frente para a Avenida 7 de Setembro.*

*Ao Sul: medindo 17,80 metros, com o lote 08.*

*Ao Oeste: medindo 15,00 metros, com lote 07.*

*Art. 3°. O imóvel objeto da presente Lei será desmembrado da área de dois mil quinhentos e noventa e nove hectares, dezenove ares e trinta e seis centiares (2.599.1936) que está registrado no Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, no Livro n° 2 - Registro Geral, Matrícula n° 2BJ-16.847, Folha 001, destinado à formação do patrimônio do Povoado de Floresta do Araguaia, transmitindo definitivamente ao Município de Floresta do Araguaia, por ocasião de sua criação pela Lei Estadual n° 5.760, de 15 de outubro de 1993.*

*Art. 4°. O imóvel descrito no art. 2° desta Lei foi avaliado em R\$ 195,84 (Cento e Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos).*

*Art. 5°. A alienação deste imóvel destina-se ao processo de desenvolvimento racional e humano da Cidade e da questão urbana, segundo os princípios e regras do urbanismo.*

*AK*

Art. 6º. A Prefeitura Municipal será representada, no ato, pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º. Fazem parte integrante desta Lei:

I - Requerimento de Título de Domínio subscrito por Rita Alves Garcia, com base na Lei Municipal nº 187, de 1º de dezembro de 2009;

II - o Laudo de Avaliação da parcela de terra a ser desmembrada e alienada pela Prefeitura;

III - o Croqui da parcela de terra a ser desmembrada e alienada pela Prefeitura;

IV - a Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Conceição do Araguaia da Escritura Pública de doação do imóvel que terá a parcela de terra a ser desmembrada e alienada pela Prefeitura;

V - a Lei Estadual nº 5.760, de 15 de outubro de 1993 que criou o Município de Floresta do Araguaia.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Floresta do Araguaia/PA, 5 de julho de 2013

  
Alserio Kazimirski  
Prefeito